



BOLETIM INFORMATIVO – FEVEREIRO 2021

Edição nº. 04 - Ano 27 - CRC/RS 3.112

RECEITA FEDERAL ALERTA CONTRIBUINTE SOBRE E-MAIL FALSO CIRCULANDO EM NOME DA INSTITUIÇÃO

A Receita Federal informa que não envia e-mails para comunicar divergências nos dados cadastrais.

Ao longo dos últimos dias, alguns contribuintes relataram ter recebido um e-mail utilizando, de forma ilegal, o nome da Receita Federal. A mensagem alega que, com base em análise da entrega da Declaração do Imposto de Renda do contribuinte, foram encontrados problemas relacionados ao seu CPF.

A mensagem afirma ainda que os problemas devem ser regularizados com urgência, sob pena de suspensão do CPF e aplicação de multa.

A Receita Federal alerta para que aqueles contribuintes que receberam tal e-mail não respondam, nem cliquem nos links que constam na mensagem. Trata-se de uma tentativa de golpe utilizando o nome da Instituição.

A Receita Federal ressalta ainda que não autoriza nenhuma outra instituição a enviar *e-mails* em seu nome. Mensagens dessa natureza devem ser apagadas, pois podem conter vírus ou qualquer outro *software* malicioso, podendo causar danos ao computador do internauta. Além disso, a exposição de dados pessoais do cidadão pode facilitar o cometimento dos mais diversos tipos de fraudes.

MEI QUE ULTRAPASSOU LIMITE DE FATURAMENTO EM 2020 DEVE MUDAR DE CATEGORIA

O microempreendedor individual (MEI) que em 2020 excedeu o limite de faturamento em até 20%, não ultrapassando R\$ 97,2 mil, deve ficar atento para a mudança de categoria, se encaixando em microempresa. Vale procurar um contador a fim de fazer a migração e evitar recolhimentos retroativos. Outro alerta é que a declaração anual deve ser feita ainda em janeiro deste ano.

Embora o prazo para a declaração de rendimentos vá até 31 de maio, o Sebrae informa que o MEI com faturamento superior a R\$ 81 mil já deve realizar o procedimento neste mês e recolher o valor da multa do excedente, que é gerada na transmissão da declaração. Desde o dia 4 de dezembro, o Portal do Empreendedor tem um novo endereço na Internet, que é gov.br/mei, por onde é feita a declaração.

Com o recolhimento do DAS na condição de MEI até dezembro, o recolhimento dos impostos pelo sistema Supersimples passa a ser como microempresa em janeiro, com percentuais iniciais de 4%, 4,5% ou 6% sobre o faturamento do mês, de acordo com as atividades econômicas exercidas (comércio, indústria e serviços).

Outra situação em que a transição de categoria ocorre é quando o faturamento supera os R\$ 97,2 mil (mais de 20% dos R\$ 81 mil), mas fica inferior a R\$ 360 mil. Nesse caso, o MEI também passa à condição de microempresa. Mas se o valor ficar entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões (limite para permanência no Simples Nacional), deve se encaixar como empresa de pequeno porte.

Pontos de atenção

Quem tem débitos referentes ao ano passado também pode providenciar o parcelamento das dívidas a partir deste ano.

Alterações na Pensão Por Morte em Óbitos ocorridos a partir de 01/01/2021

Inicialmente, lembramos que o fato gerador da pensão por morte é o óbito do segurado.

A legislação aplicável é aquela vigente na data do falecimento, e é também neste marco que os requisitos devem estar preenchidos.

Requisitos gerais:

Os requisitos gerais da pensão por morte ainda são os mesmos em 2021:

Ocorrência do evento morte;

Qualidade de segurado do falecido no momento do óbito;

Condição de dependente daquele que busca a concessão do benefício.

Esses são os requisitos gerais, que são exigidos de todo e qualquer dependente: seja ele filho, cônjuge, companheiro, pai, mãe, etc.

Carência é requisito?

Para a concessão do benefício não se exige carência; nem do falecido, nem do dependente.

A regra que prevê número mínimo de contribuições se refere à manutenção (duração) do benefício, e não à sua concessão, e essa regra se aplica apenas a cônjuges ou companheiros.

A Lei nº 8.213/91 estabelece, em seu art. 77, § 2º, inciso V, alínea 'b', que se o falecido não tiver vertido pelo menos 18 contribuições mensais para o INSS durante toda a sua vida, a pensão será concedida ao cônjuge ou companheiro pelo prazo de 4 (quatro) meses.

Dependentes, para fins previdenciários:

Esse requisito também não teve alteração para 2021.

Em 2021, os dependentes do segurado são os mesmos trazidos pelo art. 16 da Lei nº 8.213/91:

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015);

II – os pais;

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015).

É necessário lembrar dos §§ 1º e 2º do mencionado art. 16:

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997).

Mudanças nas regras de manutenção:

Em 29 de Dezembro de 2020 foi publicada a Portaria nº 424, alterando os prazos de manutenção do benefício para o cônjuge ou companheiro, de acordo com o art. 77, § 2º-B, da Lei nº 8.213/91.

Para os óbitos ocorridos a partir de 1ª de Janeiro de 2021, a pensão por morte terá manutenção pelos seguintes períodos, de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, e se o óbito ocorrer depois de vertidas dezoito contribuições mensais e pelo menos dois anos após o início do casamento ou da união estável:

I – três anos, com menos de vinte e dois anos de idade;

- II – seis anos, entre vinte e dois e vinte e sete anos de idade;
- III – dez anos, entre vinte e oito e trinta anos de idade;
- IV – quinze anos, entre trinta e um e quarenta e um anos de idade;
- V – vinte anos, entre quarenta e dois e quarenta e quatro anos de idade;
- VI – vitalícia, com quarenta e cinco ou mais anos de idade.

Pensão por morte vitalícia:

Assim, para os óbitos ocorridos a partir de 1ª de Janeiro de 2021, a pensão por morte do cônjuge ou companheiro só será vitalícia se houver preenchimento cumulativo dos seguintes critérios:

O falecido tiver vertido mais de 18 contribuições para o INSS;

O casamento ou a união estável ter iniciado há pelo menos dois anos antes do óbito;

O beneficiário contar com 45 anos na data do óbito do segurado.

De acordo com a nova Portaria do Ministério da Economia, as novas regras entraram em vigor já em 1º de janeiro de 2021. Assim, o direito à pensão por morte cessará para o cônjuge ou companheiro com o passar dos seguintes períodos:

IDADE / TEMPO DE DURAÇÃO DO BENEFÍCIO	E como era antes?
Menos de 22 anos: 3 anos	Menos de 21 anos: 3 anos
De 22 até 27 anos: 6 anos	De 21 até 26 anos: 6 anos
De 28 até 30 anos: 10 anos	De 27 até 29 anos: 10 anos
De 31 até 41 anos: 15 anos	De 30 até 40 anos: 15 anos
De 42 até 44 anos: 20 anos	De 41 até 43 anos: 20 anos
Acima de 45 anos: Vitalícia	Acima de 44 anos: Vitalícia

PRORROGADO PRAZO DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS NO ÂMBITO DO SIMPLES NACIONAL

A data de vencimento dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional relativos ao período de apuração de janeiro de 2021 fica alterada para 26 de fevereiro de 2021.

RESOLUÇÃO CGSN Nº 157, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional.

O Comitê Gestor do Simples Nacional, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º A data de vencimento dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional relativos ao período de apuração de janeiro de 2021 fica alterada para 26 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

“Todos pensam em mudar a humanidade e ninguém pensa em mudar a si mesmo.” Leon Tolstoi



Agenda das Principais Obrigações Fevereiro/2021



DIAS	COMPROMISSOS
02/02	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de janeiro 2020
05/02	SALÁRIOS - JANEIRO DAE - DOMÉSTICAS GFIP - JANEIRO
11/02	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/02/2021
12/02	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JANEIRO ICMS - COMÉRCIO - JANEIRO ICMS - INDÚSTRIA - JANEIRO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - DEZEMBRO
15/02	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL
17/02	ISSQN - JANEIRO
19/02	GPS - JANEIRO IRF - JANEIRO
22/02	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JANEIRO
22/02	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/02/2021
23/02	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - DEZEMBRO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL - DEZEMBRO
25/02	IPi - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JANEIRO COFINS - JANEIRO PIS - JANEIRO
26/02	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JANEIRO
26/02	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente janeiro 2020
26/02	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JANEIRO - ESTIMATIVA IRPJ - JANEIRO - ESTIMATIVA
01/03	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 28/02/2021



Curta nossa página no Facebook e Instagram: @visaocont

VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade